



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

## RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O DESAFIO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEA

Maria das Graças Correia Gomes [UNEALgracac.gomes@uneal.edu.br](mailto:UNEALgracac.gomes@uneal.edu.br)  
Maria Edna Porangaba do Nascimento [UNEALporangabaedna@gmail.com](mailto:UNEALporangabaedna@gmail.com)  
Juliana Oliveira de Santana Novais [UNEALjuliana.novais@uneal.edu.br](mailto:UNEALjuliana.novais@uneal.edu.br)

### PEDAGOGICAL RESIDENCE: THE CHALLENGE OF A CONTEMPORARY EDUCATIONAL POLICY

#### Resumo

Este texto é uma discussão teórica sobre a materialização de uma política educacional de formação de professor, o Programa de Residência Pedagógica, uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores. Inicialmente, apresentou-se uma definição do que é uma política pública; a quem cabe a responsabilidade de planejá-la e com qual finalidade. Deste modo, faz-se necessário compreender a dinâmica e os principais determinantes das Políticas Públicas (COHEN; FRANCO, 2008). Para esta discussão, utilizou-se o aporte teórico de Azevedo (2004); Souza (2008); Cohen e Franco (2008); Muller e Surel (2002) e Diógenes (2011), entre outros, para caracterizar uma política pública. Na segunda parte do texto, ocorreu uma discussão teórica acerca do programa Residência Pedagógica, para o diálogo nesse viés se reportou a Nóvoa (2007); Pimenta (2012). A metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica acerca das políticas educacionais contemporâneas, incluindo como específico, a formação de professores nas licenciaturas das universidades brasileiras. Para finalizar, foram propostos alguns encaminhamentos que viabilizem uma formação de professores para uma perspectiva crítica, criativa e reflexiva, este pressuposto será dialogado com a perspectiva histórico crítica de Saviani (2013). É importante salientar que a pretensão dessa pesquisa é contribuir para as discussões e reflexões a respeito do programa Residência Pedagógica.

Palavras – chave: Política Educacional, Programa Residência Pedagógica, Formação de Professor, Professor crítico -reflexivo.

#### Abstract



This text is a theoretical discussion about the materialization of an educational policy of teacher education, the Pedagogical Residence Program, one of the actions that integrate the National Policy for Teacher Education. Initially, a definition of what is a public policy was presented; who is responsible for planning it and for what purpose. In this way, it is necessary to understand the dynamics and the main determinants of Public Policies (COHEN, FRANCO, 2008). For this discussion, was used the theoretical contribution of Azevedo (2004); Souza (2008); Cohen and Franco (2008); Muller and Surel (2002) and Diógenes (2011), among others, to characterize a public policy. In the second part of the text, there was a theoretical discussion about the Pedagogical Residence program, for the dialogue in that bias reported to Nóvoa (2007); Pimenta (2012). The methodology used is a bibliographical research about contemporary educational policies, including as specific, the training of teachers in the degrees of the Brazilian universities. To conclude, some referrals have been proposed that will enable a teacher training for a critical, creative and reflexive perspective, this assumption will be discussed with the critical historical perspective of Saviani (2013). It is important to point out that the aim of this research is to contribute to the discussions and reflections about the Pedagogical Residence program.

Key words: Educational Policy, Pedagogical Residence Program, Teacher Training, Critical - reflexive teacher.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores na contemporaneidade e tem por objetivo levar o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora. A Residência Pedagógica, articulada aos demais programas da Capes que compõem a Política Nacional, tem como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos, habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica (CAPES, 2018).

Como é uma política educacional é de relevância refletir o que é uma política pública; a quem cabe a responsabilidade de planejá-la e com qual finalidade, pois, não há neutralidade quando se propõe uma política pública, todavia, ao chegar no local em que é implantada se adequa as especificidades e aos interesses daqueles que a estão implementando. Vale ressaltar que, enquanto tema contemporâneo, as Políticas Públicas consistem em um campo do saber em construção. Esta concepção fundamentou a investigação que foi desenvolvida, reconheceu-se que as mesmas constituem-se um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento. Deste modo, faz-se





necessário compreender a dinâmica e os principais determinantes das Políticas Públicas, inclusive, seu desenho conceitual no sentido de facilitar a produção científica nessa temática (COHEN; FRANCO, 2008).

Faz-se necessário, também, uma reflexão teórica acerca do que implica o planejamento de uma política educacional para a formação do professor, expondo o programa Residência Pedagógica como uma política contemporânea que tem o intuito da integralidade teoria e prática na formação inicial dos estudantes das Licenciaturas, a experiência na escola exige do discente uma preparação teórica para atuação prática nesse espaço, possibilitando a interação e a vivência como fins de aprendizado para sua futura profissionalização, constatando assim, que a teoria e prática são indissociáveis: condição fundamental para preparação do educando na transformação da realidade na qual está inserido, relacionar a teoria apreendida na parte teórica do curso de licenciatura a uma prática levará o estudante a tomar decisões que contribuam para sua formação de futuros professores.

A formação de professores nas licenciaturas das universidades brasileiras precisam viabilizar uma formação para uma perspectiva crítica, criativa e reflexiva, indo de encontro das políticas de caráter meritocrático e de regulação, este pressuposto será dialogado com a perspectiva histórico crítica proposta por Saviani (2013).

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, PRESSUPOSTOS E RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Desde a década de 1990, do século XX, que a educação, no Brasil, tem atravessado profundas metamorfoses trazidas pelas determinações dos organismos multilaterais. Porém, não pretendemos adentrar agora na questão sem antes explanar acerca do conceito de “políticas públicas”. O interesse não é esgotar sua literatura, mas, evidenciar as discussões que estão sendo realizadas no âmbito acadêmico que envolve a política pública, a quem cabe a responsabilidade para defini-la, quais as interferências, a nível global, que influencia essa política. Enfim, inúmeras são as questões que perpassam ao se falar sobre políticas públicas, o enfoque a ser dado é o programa Residência Pedagógica, uma política nacional para a formação de professores nas licenciaturas das universidades públicas em todo o Brasil, pois as políticas educacionais estão inter-relacionadas com as políticas públicas. Elas estão correlacionadas, apesar da primeira apresentar um caráter mais específico, no que se refere ao contexto educacional.



Enquanto tema contemporâneo, as Políticas Públicas consistem em um campo do saber em construção. Esta concepção fundamentou a investigação que foi desenvolvida, reconheceu-se que as mesmas constituem-se um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento. Deste modo, faz-se necessário compreender a dinâmica e os principais determinantes das Políticas Públicas, inclusive, seu desenho conceitual no sentido de facilitar a produção científica nessa temática (COHEN; FRANCO, 2008). Souza (2006) faz um resgate histórico do surgimento das discussões de políticas públicas, segundo a autora foi nos EUA que ela surgiu como área de conhecimento e disciplina, diferente das etapas seguidas pela Europa nessa área que adota uma análise de Estado e suas instituições. Relaciona também os fundadores da área: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, e a criação de conceitos sobre políticas públicas.

Outros elementos complementaram a teoria de H. Laswell, os fundadores posteriores acrescentaram outras variáveis à formulação e análise das políticas públicas, como por exemplo, as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. Aborda ainda, três fatores que deram maior visibilidade no campo de conhecimento das políticas públicas nas últimas décadas: o primeiro, foi a adoção de políticas restritivas de gasto, principalmente nos países em desenvolvimento; o segundo, com os ajustes fiscais, houve restrições do Estado na economia e políticas sociais; e o terceiro, principalmente nos países da América Latina, não conseguiram configurar políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. E acrescenta que “política pública como o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. (ibidem, p. 26).

Muller e Surel (2002) ao tratar sobre o que é uma política pública, expõem o quanto é complexo defini-la, alguns a definem de forma mais simples como tudo que o governo decide fazer ou não, outros de forma mais complexa ou delimitada, como um programa de ação governamental num setor da sociedade no espaço geográfico. Para ir além, os autores trazem elementos que especificam a noção de política pública, agrupando em três grupos: quadro normativo de ação (para que seja uma política é necessário um quadro geral de ação que funcione como uma estrutura de sentido); força pública e elementos de competência (especificidade da ação do Estado) e ordem local (toda política pública assume a forma de um espaço de relações interorganizacionais).

A questão posta é quem são os responsáveis pelas políticas públicas? A sociedade civil? Estado? Grupos políticos? Governo? Movimento sociais? É bastante salutar quando Muller e Surel (2002) reforçam que uma política é mais que uma coleção de decisões e ações, para que as políticas





# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

públicas tenha sentido são necessários fins a atingir. É explícito que algumas políticas públicas são decorrentes de pressões, seja elas de órgão internacionais que exigem uma mudança no mercado para que possam receber investimentos, ou da sociedade civil, através de seus representantes que buscam atender seus anseios.

As políticas públicas não devem ser reduzidas a ações provisórias, com programas que tem prazos determinados para finalizar, é algo mais além. Cohen e Franco (2008) levanta a possibilidade que ao planejar políticas públicas é necessário estabelecer prioridades, mas, na realidade, segundo os autores, o que ocorre é o contrário, há uma fragmentação da política social em muitas ações que a torna ineficaz, porque não atinge as causas dos problemas. Apesar de não concordar com os autores que praticar uma política compensatória é um princípio que pode contribuir para uma reorientação das políticas sociais para a equidade. Eles trazem elementos que contribuem para a necessidade de se “recuperar as grandes prioridades sociais: nutrir, educar e atender a saúde” (COHEN E FRANCO, 2008, p.30).

As políticas públicas adotadas revelam um conjunto de elementos específicos da realidade social, quais são as prioridades e o que se tem dado mais atenção. Ao serem implantadas revelam as concepções e ideologias que estão por trás dessas políticas, os interesses específicos e a quem se destina. Kerstenetzky (2006) irá denominar focalização como residualismo, na qual incide sobre segmentos que estão à margem dos processos econômicos e integradores, indo de encontro aos ideais de justiça distributiva. A autora acrescenta que “na medida em que a política social sofre, nesta abordagem do problema, uma compartimentalização, seu vínculo com a noção de direitos sociais universais perde força, e ela se torna um coadjuvante do objetivo de eficiência econômica” (idem, p.569).

É visível que apesar de um direito constitucional, a relação dos recursos disponíveis com a grande quantidade de usuários impossibilita a universalização do atendimento e exige a prioridade de grupos mais vulneráveis e a focalização de políticas. Numa visão crítica, Diógenes (2011, p.77) expõe que “as políticas públicas historicamente têm atuado como estratégias de dominação da classe burguesa e/ ou frações dela, no sentido de reproduzir as condições de acumulação capitalista”. Já para Souza (2006, p. 81) a concepção de políticas públicas está relacionada a democracia. Apesar da quantidade razoável de produções, ainda são poucas as pesquisas que se aprofundam sobre a área, faz-se necessário, assim, -um investimento maior para se aprofundar sobre as políticas públicas no Brasil, algo acordado por Souza (2003a e 2003b), Melo (1999), Azevedo (1997), Azevedo e Aguiar (2001a e 2001b).



Um cenário que vem se modificando nos últimos anos, observa-se o aumento de estudiosos interessados pelo assunto e dispostos a realizar investigações sobre as políticas públicas no Brasil. Como por exemplo, o estudo de Santos e Azevedo (2009), os quais evidenciam a trajetória do estudo das políticas públicas para a educação nas pós-graduações no Brasil, e de como vem ampliando essa linha teórica no cenário acadêmico. Por outro lado, Política Pública pode ser entendida como política estatal de regulação e intervenção social. É deliberação tomada pelo Estado, no qual se revela como a condensação material de uma relação de forças entre classes ou frações de classe.

As Políticas Públicas têm fina articulação com o Estado, que por sua vez tem abrangência histórica articulada com a dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade, e com a sua capacidade de resolver ou não os problemas e os dilemas de sua época. Nesse mesmo caminho, seguem as políticas públicas educacionais, implantadas e implementadas com interesses diversos, quem determina essas políticas? Todavia, é interessante lembrar alguns acontecimentos históricos em décadas anteriores que interferiram e interferem nas políticas atuais, sabe-se que não é possível excluir os avanços, desafios e contradições que foram obtidos por décadas anteriores, principalmente no século XX, décadas de 60 a 80, que na história vai de uma ditadura militar à redemocratização do país, com a convocação da assembleia constituinte e aprovação da constituição federal em 1988, bem como a sanção da LDBEN 9394/96. Marcos importantes para a educação no país, pois impulsionaram significativas mudanças no sistema educacional brasileiro.

As políticas educacionais são expressas através de leis, decretos, programas e projetos que revelam uma concepção de educação e de sociedade, nas entrelinhas de um documento oficial há um direcionamento aos que delas se submetem.

### **3.3 RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: DESAFIO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

O programa Residência Pedagógica é uma política educacional de formação de professores contemporânea que importa da medicina as nomenclaturas residentes e preceptores, a intenção é proporcionar, por um tempo maior que os estágios curriculares, a permanência dos estudantes de licenciatura no âmbito escolar. Todavia, só a permanência não garante uma formação que relacione a teoria apreendida a prática nos campos da residência, e para isso é preciso “considerar o estágio





como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à prática instrumental” (PIMENTA E LIMA, 2012, p.29).

O intuito é a relação teoria e prática numa perspectiva reflexiva para que o licenciado possa buscar a teoria apreendida no seu curso para atuação nas escolas, pois ~~são~~:

durante o curso de graduação começam a ser construídos os saberes, as habilidades, posturas e atitudes que formam o profissional. Em períodos de estágio, esses conhecimentos são ressignificados pelo aluno estagiário a partir de suas experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão. (ALMEIDA E PIMENTA, 2014, p. 73)

Essa ressignificação a que Almeida e Pimenta (2014) se referem poderá ser ampliada e de forma mais relevante no programa porque garante um tempo maior do graduando nos campos de estágios, além da garantia de uma bolsa que possibilita arcar com os custos necessários aos estudantes na prática de atuação nessas escolas. Algo que não ocorre apenas em sala de aula, mas, nos ambientes de toda a escola, e envolve um “experimentar situações de ensinar, aprender, elaborar, executar e avaliar projetos de ensino não apenas nas salas de aula, mas também nos diferentes espaços da escola. (PIMENTA E LIMA, 2012, p.55)

O paradigma do programa não é apenas ação, ou mera “prática instrumental” (PIMENTA E LIMA, 2012, p.29), vai além, pois tem a missão de levar os estudantes graduandos a “um espaço privilegiado de questionamento e investigação.” (PIMENTA E LIMA, 2012, p. 112). Para tanto, o graduando é também um pesquisador, que busca descobrir quais os desafios que dificultam a aprendizagem do estudante da escola e encontrar caminhos que contribuam para possibilitar a esse o acesso ao conhecimento de forma contextualizada e significativa, dessa forma há a construção de novos conhecimentos, não mera reprodução, assim:

[...] os produtos próprios da atividade humana não se reduzem à sua mera expressão exterior, mas, são objetivos que prefiguram idealmente o resultado que se pretende e se manifestam também como produção de conhecimento (em forma de conceitos, hipóteses, teorias ou leis) mediante o qual o homem conhece a realidade. (PIMENTA, 2012, p. 101).

Vale salientar que aAtrelado a pesquisa está o suporte teórico, neste é preciso uma concepção que se inter-relacione à investigação, por isso a defesa a uma perspectiva crítica e reflexiva, com professores e professoras pensantes que buscam proporcionar aos (às) estudantes posturas que os levem as transformações do seu cotidiano. Como conseguir tal feito de forma concreta? Nóvoa (2007)



nos alerta para o fato de que raramente estamos conseguindo fazer aquilo que dizemos, são muitos os discursos, só que as atitudes revelam outros. E acrescenta:

“Não conseguiremos evitar a “pobreza das práticas” se não tivermos políticas que reforcem os professores, os seus saberes, os seus campos de actuação, que valorizem a cultura docente, que não transformem os professores numa profissão dominada pelos universitários, pelos peritos ou pelas “indústrias de ensino” (NÓVOA, 2007, p. 5) (grifos do autor).

Tal feito só é possível se o professor se apropriar de forma aprofundada do conhecimento, assim, será capaz de questionar, ler nas entrelinhas e procurar ser autônomo e capaz de planejar de forma criativa, crítica e reflexiva o seu planejamento e a prática de suas aulas.

## **4.4 – CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CRÍTICA**

A política de formação de professores, na valorização por resultados, vem se preocupando com uma formação baseada em práticas exitosas, exemplos concretos de ações de sucesso que são passadas como cartilhas a serem seguidas, deixando de lado o incentivo ao pensar reflexivo e crítico dos (as) professores (as)

Saviani (2013) dá ênfase ao sentido de ser professor, cuja sua função é levar o aluno ao saber sistematizado, algo especificamente educativo relacionado ao conhecimento que priorize os clássicos. “Clássico é aquilo que resistiu ao tempo, logo sua validade extrapola o momento em que ele foi proposto” (idem, p.87). Para o autor, o professor pode contribuir para a formação humana do educando ao defender o acesso ao conhecimento científico, necessário ao desenvolvimento cultural do homem.

A defesa de Saviani é por professores que exerçam e se preocupem com a sua real função, algo que não vem ocorrendo na atualidade, devido às inúmeras atribuições que lidam dentro da instituição que desviam seus objetivos. Saviani (2012) defende a filosofia da educação, na formação dos professores, como uma área do conhecimento que pode contribuir para a sua formação humana:

[...] referência aos clássicos, a diferenciação das concepções pedagógicas e a clareza conceitual e terminológica, destaca-se a vigilância crítica. Esta atribui à filosofia da educação a tarefa precípua de acompanhar reflexiva e criticamente a atividade educacional, de modo que explicita os seus fundamentos, esclareça a contribuição





das diversas disciplinas pedagógicas e avalie o significado das soluções escolhidas. (idem, p.15)

Há uma valorização nas ciências humanas na formação, a priorização dessas áreas como necessárias ao desenvolvimento do ser humano na busca por uma sociedade mais humanizada. “[...] a filosofia e a história da educação constituem o núcleo duro da formação do educador.” (SAVIANI, 2012, p.16).

O autor ao elaborar a pedagogia histórico-crítico, justifica a importância do desenvolvimento histórico como processo através do qual o homem produz a existência no tempo e evidencia dois aspectos como objeto de educação: “[...] de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.” (SAVIANI, 2013, p.13).

Saviani (2013) acredita que “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado.” (idem, p.14). E complementa de forma mais clara: “saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo: ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado: à cultura erudita e não a cultura popular.” (ibdem) e o professor tem um papel crucial nesse processo do saber sistematizado aos estudantes.

O autor vai mais além ao afirmar que a existência da escola só tem sentido quando há a apropriação do conhecimento sistematizado às novas gerações, o que significa uma cultura letrada, que envolve a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade, que juntos contribuem na formação do educando.

Todavia, a construção da pedagogia histórico-crítica não se refere exclusivamente a escola, e sim, a educação como um todo, em um sentido mais amplo que diz respeito a transformação da sociedade, apoiada nos pressupostos da concepção dialética da história. E que também, está inserida a escola, pois:

[...] na sociedade atual, pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola, porque a escola é a forma dominante principal da educação. Assim, para compreender-se as diferentes modalidades da educação, exige-se a compreensão da escola. (SAVIANI, 2013, p.88).



Logo, é pÉ preciso defender a formação do professor atrelada ao desenvolvimento nas categorias trabalho, ciência, tecnologia e cultura, caminhos considerados essenciais para a formação humana. Dessa forma, o professor poderá promover essa formação humana integral, desde que hajam políticas educacionais que possam contribuir para essa formação.

## 5 ~~5~~ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário resgatar os princípios da formação humana nas políticas educacionais, especificamente os programas, na intenção de professores e professoras mais conscientes e com conhecimentos mais elaborados para que possam interpretar e criticar a realidade que vivem, na compreensão de sua história concreta, com posições críticas para compreender os interesses implícitos que se apresentam na escola.

Numa nova reestruturação produtiva ocorreram transformações dos padrões produtivo e nas formas de gestão do trabalho, há uma eliminação da dimensão intelectual do real trabalho, em contrapartida uma superficial intelectualização do trabalho com o acesso a microeletrônica e das tecnologias de informação e comunicação no processo produtivo. Isso ocasiona uma nova conformação desse trabalhador a um regime flexível e dessa forma a escola se organiza em torno de ações não críticas, mas de conformar hábitos, valores, habilidades e identidades ao processo de produção.

Sendo a Assim, é imprescindível trabalhar a criticidade do residente e preceptor, para que não sejam meros reprodutores ou cumpridores de tarefas, e sim sujeitos pensantes e investigadores que busquem novos conhecimentos e interfiram na formação dos estudantes das escolas públicas.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria I; PIMENTA, Selma G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

COHEN, E. & FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.





# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

DIÓGENES, Elione M. N. **Avaliação de Políticas Públicas:** Interface entre Educação e Gestão Escolar. Maceió: EDUFAL, 2011.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas Sociais:** focalização ou universalização? Revista de economia política, vol. 26, nº 4 (104), p. 564-574, outubro-dezembro/2006.

MULLER, P. e SUREL, Y. **Análise das políticas públicas;** [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: EDUCAT, 2002.

NOVOA, Antônio (Org.). **Profissão Professor.** Porto – Portugal. Port.1995.

PIMENTA, Selma G. **A prática de Ensino e o estágio supervisionado.** 24ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

\_\_\_\_\_. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, nº 51, fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> > ~~Disponível em:~~ outubro de 2018.

